



PODER JUDICIÁRIO  
Justiça do Trabalho  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**ATA Nº 07/2013**

**COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI  
REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2013 ÀS 10H**

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, às dez horas, no gabinete do Desembargador Paulo José Ribeiro Mota, localizado no 11º andar do Edifício Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, reuniram-se, sob a Presidência do Desembargador Paulo José Ribeiro Mota, o Desembargador Roberto Barros da Silva, e os servidores, Marcio Nisi Gonçalves, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIN, Robson Marins de Santana, Coordenador Substituto da Governança de TI, Ricardo Alex Serra Viana, Diretor da Coordenadoria de Segurança, Aquisições e Pesquisa, e Erman Mota Barbosa Dias, representante do Núcleo de Gestão Estratégica e Projetos, com a finalidade de discutir os assuntos referentes às demandas da Secretaria de Tecnologia da Informação.

Ausentes, justificadamente, os Desembargadores Jucirema Maria Godinho Gonçalves e Pedro Carlos Sampaio Garcia, e a Diretora da Secretaria de Gestão da Informação Institucional, Maria Inês Ebert Gatti.

Dando início à reunião, o Desembargador Paulo José Ribeiro Mota passou a palavra ao Diretor Márcio Nisi Gonçalves que apresentou ao Comitê o questionário do CNJ a ser discutido na reunião, e lembrou que o prazo de envio ao CNJ é até o dia 21/06/2013. O Diretor da SETIN pontuou todas as perguntas do questionário sendo que, algumas, foram consideradas, pelos Desembargadores presentes, relevantes para maiores discussões.

No questionário Pessoal de TIC, os Diretores Márcio Nisi e Ricardo Viana expuseram ao Comitê que o número de servidores da TI encontra-se abaixo do necessário. Informaram que, hoje, a TI possui 133 servidores no seu quadro de pessoal, sendo que pela Resolução nº 90/2009 do CNJ o ideal seria de aproximadamente 190 servidores, sendo admitido um mínimo de 150. Informaram, ainda, que, desses 133 servidores, 35 trabalham no atendimento remoto e



PODER JUDICIÁRIO  
Justiça do Trabalho  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

presencial, de usuários, e que a demanda seria de aproximadamente 90 (servidores).

O Desembargador Paulo José Ribeiro Mota indagou, do questionário Aplicativos, o Item que se refere à economia anual, em Reais, gerada para o Tribunal com a implantação do DJ-e, comparando com a solução em papel. O Diretor Márcio Nisi informou aos presentes que será feita uma pesquisa junto ao IMESP a fim de chegar a um número estimado dessa economia. Ainda no questionário Aplicativos, os Desembargadores presentes solicitaram maiores informações a respeito do item que questiona se o site do Tribunal possui selo de acessibilidade. Os Diretores Márcio Nisi e Ricardo Viana explicaram que para o desenvolvimento do novo site foi contratada uma empresa para torná-lo totalmente acessível, que o projeto está em fase final e que a conclusão depende da certificação e obtenção do selo.

No questionário Segurança da Informação, o Diretor da SETIN ressaltou que irá rever o item 7.1.1, o qual questiona se a Política de Segurança do Tribunal é atualizada anualmente. Os itens 7.7. Utilizam certificação digital credenciada pela ICP Brasil; 7.8. Quantidade de magistrados que possuem certificados e 7.9. Quantidade de servidores que possuem certificados, também serão revistos pela SETIN a pedido dos Desembargadores presentes. No item 7.12., que questiona se o Tribunal implementou formalmente (aprovou e publicou) os processos corporativos de Segurança da Informação, o Desembargador Paulo José Ribeiro Mota solicitou que, como resposta, deverá ser marcada a mais importante, já que o questionário não possibilita a marcação de mais de uma.

Nos itens 5.3 e 5.4, do questionário Comunicação de Dados, que referem-se à velocidade do link de acesso à internet do Tribunal, o Diretor Ricardo Viana explicou que, hoje, o Tribunal tem dois links de acesso sendo que um link substitui o outro em caso de falha e que, agora, serão dois links, de operadoras diferentes, trabalhando simultaneamente, o que irá otimizar a velocidade e, conseqüentemente, o acesso à internet.



PODER JUDICIÁRIO  
Justiça do Trabalho  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

O Diretor da SETIN informou ao Comitê que, no questionário Equipamentos, os números presentes compreendem todos os equipamentos em uso, os em estoque e aquele que foram substituídos (fora de garantia) mas ainda não passaram pelo processo de desfazimento, os quais foram validados pelos Desembargadores. O Desembargador Paulo José Ribeiro Mota solicitou informações a respeito da vida útil de um servidor. O Diretor Ricardo Viana explicou que a média é de 5 anos e que os servidores mais antigos estão sendo migrados.

No questionário Infraestrutura, o Desembargador Roberto Barros da Silva solicitou esclarecimentos do item 3.2.5. Formas de Aquisição que questiona se o Tribunal possui serviços de virtualização de serviços TIC (Cloud Computing) contratado. Os Diretores Márcio Nisi e Ricardo Viana explicaram que o Tribunal não faz uso do serviço por questão de segurança. No Item 3.18, que questiona se o Tribunal possui tecnologia de videoconferência, o Diretor da SETIN informou que sim, porém não para audiência/depoimento e que a Presidente do Tribunal, Desembargadora Maria Doralice Novaes, solicitou a criação de duas salas de audiência para videoconferência entre o Fórum Ruy Barbosa e o Fórum da Zona Leste.

Os Desembargadores Paulo José Ribeiro Mota e Roberto Barros da Silva adentraram no questionário de Governança de TIC e solicitaram esclarecimentos a respeito do Item 2.6 que aborda a gestão de mudanças. Os Diretores presentes, bem como o Coordenador Substituto da Governança de TI, Robson Marins de Santana, ressaltaram que a gestão de mudanças é feita, porém não dentro de uma normatização, e que não haveria presença de documentos físicos que pudessem vir a comprovar essa gestão.

Os Desembargadores solicitaram ao Diretor Márcio Nisi que fizesse uma consulta ao CNJ a respeito de uma norma que trate dessa gestão. Os Desembargadores indagaram, também, o item 2.9, o qual pergunta se o Tribunal adota fluxo ou rotina de atividades na contratação de bens e serviços de TIC. O Diretor Ricardo Viana explicou que o Tribunal segue a IN 04 como boas práticas, mas que não tem um fluxograma. Os Desembargadores chegaram a um consenso



PODER JUDICIÁRIO  
Justiça do Trabalho  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

com os presentes de que será necessário uma normatização da contratação de bens e serviços de TI, contendo o fluxo das atividades. No Item 2.32, que questiona a respeito do orçamento e da execução da despesa de TIC do Tribunal, o Diretor Márcio Nisi ressaltou que irá questionar ao CNJ a possibilidade de marcar mais de uma resposta, já que o Tribunal se enquadra em outras respostas apresentadas, mas que o questionário virtual do CNJ não aceita.

Finalizando a reunião, o Diretor Márcio Nisi informou aos Desembargadores que surgiram novas demandas de *notebooks* pelas áreas da TI e do Cerimonial. O Cerimonial solicitou, também, junto ao *notebook*, o programa *Microsoft Access*. O Diretor afirmou que irá fazer o questionamento da necessidade do programa junto ao Cerimonial e, posteriormente, levará as considerações ao Comitê de TI. Os Desembargadores afirmaram que, havendo a justificativa da necessidade da aquisição dos *notebooks*, que se aprove e que a aquisição seja feita mediante o registro de preços existente.

A próxima reunião do Comitê de Tecnologia da Informação foi agendada para o dia 02 de julho de 2013, às 10h, no Ed. Sede.

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pelo Desembargador Paulo José Ribeiro Mota e, para constar, foi lavrada a presente ata.

**DESEMBARGADOR PAULO JOSÉ RIBEIRO MOTA**

**DESEMBARGADOR ROBERTO BARROS DA SILVA**